

**AGRICULTURA URBANA EM MONTES CLAROS: POSSIBILIDADES PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO**

**Tiago Rocha Santos<sup>1</sup>**  
**Lucas Rocha Santos<sup>2</sup>**  
**Cristh Ellen F. Pinheiro<sup>3</sup>**  
**Hélder dos Anjos Augusto<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Minas Gerais  
 Instituto de Ciências Agrárias  
 Avenida Universitária, 1000 - Universitário,  
 Montes Claros - MG, 39404-547  
 rocha.tiago.mg@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Minas Gerais  
 lucasrochalrs95@hotmail.com

Faculdades Integradas Pitágoras  
 : Av. Profa. Aida Mainartina Paraíso, 80 –  
 Ibituruna, Montes Claros - MG, 39408-007  
 cristhefp@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Universidade Federal de Minas Gerai  
 mozambique@bol.com.br

**RESUMO**

Em um cenário de urbanização crescente e aumento na demanda por alimentos é notória a elevação da importância da *agricultura urbana e periurbana* (AUP) como uma das estratégias para provimento e crescimento das sociedades urbanas. Montes Claros é uma cidade de médio porte do norte de Minas Gerais, devido ao seu contexto histórico a cidade possui um expressivo número de agricultores urbanos. Eles produzem sustentabilidade, alimentam e geram empregos e saúde para os cidadãos, porém possuem pouco ou nenhum apoio do poder público, situação que pode estar relacionada a insciência do poder público para com esta prática. Neste sentido o objetivo deste trabalho foi realizar um diagnóstico da AUP na cidade, identificando os impactos positivos e negativos, reais e potenciais da prática, a fim propor estratégias de intervenção do Estado (políticas públicas) e da universidade (projetos de pesquisa/extensão). Para atingir aos objetivos propostos foi realizado um estudo de casos múltiplos por meio de uma pesquisa descritiva correlacional de abordagem qualitativa. Os resultados apresentam o diagnóstico da agricultura urbana na cidade, bem como uma parte mais propositiva, na qual os autores discutem possibilidades de políticas públicas que podem contribuir para que a AUP alcance o seu desenvolvimento potencial na cidade de Montes Claros. Cabe ressaltar que o processo desta

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

pesquisa não finda neste trabalho, pois as propostas elencadas no âmbito da universidade estão compondo um projeto de extensão, como propósito de dar sentido real aos resultados por meio de um modelo de pesquisa-ação.

**Palavras-Chave:** Agricultura Urbana, Desenvolvimento Local, Políticas Públicas, Urbanização.

### INTRODUÇÃO

As estatísticas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm apontado que processo de ocupação do território aliada ao crescimento populacional e aos processos de mobilidade social são as principais causas da urbanização acelerada no Brasil. Contudo, os padrões de urbanização em Minas Gerais são diferentes, mas, geralmente, confirmam que a urbanização não planejada pode ser um empecilho para a transformação estrutural. Ao mesmo tempo em que as populações urbanas continuam aumentando, as áreas urbanas deverão também crescer, e a um ritmo cada vez mais rápido. Ou seja, os processos de rápida urbanização no Brasil, constituem um desafio enorme para a Administração pública, principalmente por existência de enormes gargalos e fragilidades na capacidade institucional.

É nesta perspectiva que diversos estudos vêm apontando para reflexão sobre os ecossistemas urbanos. As instituições de ensino e pesquisa, os gestores públicos, as empresas e, a sociedade civil organizada são demandados para o novo desafio da construção de pilares metodológicos que possam auxiliar na teia de conexões - (re)conectar e (re)integrar - as múltiplas abordagens e atribuições do mundo urbano.

Neste cenário de urbanização crescente e aumento na demanda por alimentos é notória a elevação da importância da agricultura urbana e periurbana (AUP) como uma das estratégias para provimento e crescimento das sociedades urbanas.

De acordo com Mougeot (2000) “a agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis)”. O autor complementa esta definição com outras características da agricultura urbana como a variedade de produtos alimentícios distribuídos, a reutilização de recursos humanos e materiais encontrados na cidade e, em contrapartida, a oferta de produtos e serviços, além de outros recursos humanos e materiais para a cidade. Historicamente, a concepção da AUP foi se adaptando a partir das práticas sociais e culturais de cada território. Para dizer que em cada território existe vários exemplos de com origens que remontam há séculos, porém com formatos que se adaptaram de acordo os panoramas sociais, econômicas e ambientais

A AUP contribui de forma substancial para o desenvolvimento local das cidades onde é praticada. Dentre os impactos econômicos da AUP estão a geração de emprego e renda, o aumento da oferta de alimentos nas cidades, a agregação de valor à produção e a participação nos mercados locais, qual promove uma relação mais próxima com o consumidor final dos produtos, além de uma diminuição da pegada ecológica dos gêneros produzidos (MOUSTIER, 2001). Contudo, a AUP promove outros impactos para além dos econômicos, tais como: a contribuição para a segurança e soberania alimentares das cidades e o aumento da biodiversidade dos centros urbanos (MACHADO & MACHADO, 2002).

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

A cidade de Montes Claros é uma cidade de médio porte localizada no Norte de Minas Gerais, possui uma população de cerca de 367 mil habitantes e congrega mais de 2 milhões de habitantes das cidades vizinhas. O município integra os setores de indústria e serviços que atendem a toda região norte de Minas Gerais e também outras regiões do país (IBGE, 2010). Segundo Brito (2011) a cidade também é um importante polo de migração de pessoas provenientes, em sua maioria, de áreas rurais de municípios adjacentes, parte destes migrantes praticam a agricultura na cidade, conferindo a Montes Claros um número significativo de agricultores urbanos. Por reunir estas características a cidade de Montes Claros foi escolhida como alvo desta pesquisa.

Os agricultores urbanos promovem sustentabilidade, alimentam e geram empregos e saúde para os cidadãos, no entanto o poder público muitas vezes se omite no que diz respeito ao amparo e promoção desta prática. Este descaso pode estar relacionado à insciência dos representantes públicos para com a prática da AUP. Neste sentido são necessários estudos que entendam as demandas, potenciais e peculiaridades deste segmento. Assim, a universidade pública pode cumprir seu papel de inserção e transformação social e que, para além disso, os estudos possam fornecer dados de análise e elementos para a formulação de políticas públicas que atendam os agricultores urbanos e conseqüentemente os consumidores dos produtos gerados por eles.

Este trabalho teve como objetivo geral realizar um diagnóstico da AUP na cidade de Montes Claros, identificando os impactos positivos e negativos, reais e potenciais da prática, a fim propor estratégias de intervenção do Estado (por meio de políticas públicas) e da universidade (por meio de projetos de pesquisa/extensão)

### UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCOS LEGAIS DA AGRICULTURA URBANA NAS TRÊS ESFERAS DO ESTADO BRASILEIRO

Este tópico trata das políticas públicas destinadas a agricultura urbana, a nível federal, estadual e municipal. Para as políticas de nível estadual foram consideradas as presentes no estado de Minas Gerais, onde está inserida a cidade alvo desta pesquisa. Não foram encontradas políticas na esfera municipal em funcionamento na cidade de Montes Claros (sendo esta justificativa e problema principais que estimularam a realização do presente trabalho), portanto o estudo verteu-se a outras experiências municipais que, com as devidas alterações, poderiam ser pertinentes também para a cidade alvo da pesquisa. Foi adotado também um critério de tempo, analisando somente as iniciativas em funcionamento e/ou as desenvolvidas nos últimos dez anos, pelo fato destas serem mais relevantes para o presente estudo de caso.

Segundo Zeeuw, Gündel e Waibel (2000) a funcionalidade da AUP é vista de forma diferente por diferentes grupos. Enquanto os agricultores veem sua função como fonte de alimento ou renda, os gestores públicos a analisam por sua contribuição para o enverdecimento urbano, para a criação de microclimas agradáveis e para a reciclagem de resíduos, além da promoção da segurança alimentar e nutricional das cidades, levando em consideração assim o impacto da prática para além dos envolvidos diretamente.

Desta maneira os autores propõem uma classificação das políticas públicas para a AUP em cinco categorias distintas: i) políticas de uso do solo (as quais englobam a eliminação de

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

restrições legais para uso da terra, a integração da AUP nos planos diretores das cidades, a permissão do uso temporários de terrenos baldios e o estímulo à participação comunitária no gerenciamento dos espaços abertos urbanos); ii) políticas de segurança alimentar (tais como: políticas de promoção de assistência técnica e crédito subsidiado, bem como melhoria do acesso a canais de comercialização e acesso a insumos pelos agricultores); iii) políticas de saúde (as quais englobam conscientização da importância da qualidade de solos e água, zoneamento agrícola adequado e agricultura ecológica); iv) política ambiental (tais como a reutilização de resíduos orgânicos, a diferenciação de preços de água e a conscientização dos agricultores quanto ao uso adequado de resíduos e água); e v) políticas de desenvolvimento social (como a inclusão da AUP em projetos de revitalização de bairros e em práticas educativas, bem como estímulo da relação direta entre agricultor e consumidor final) (ZEEUW, GÜNDEL e WAIBEL, 2000).

A nível federal não existe nenhum marco legal que dê diretrizes pra políticas de apoio a AUP, embora caiba ressaltar que tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei (PL n.º 906-A, de 2015) que institui uma política nacional de agricultura urbana. O projeto de autoria do deputado Padre João (PT) aponta uma série de políticas que juntas significariam um aumento substancial no amparo à prática de AUP, dentre estas políticas há um claro destaque para as seguintes: a) Inclusão da AUP nos planos diretores municipais a fim de ocupar espaços urbanos ociosos; b) Viabilizar a compra de produtos da AUP nos programas de compras institucionais de antes do governo, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); c) Promoção, em parceria com prefeituras, de assistência técnica direcionada aos agricultores urbanos; d) Estabelecimento de crédito para a AUP; e) Viabilização da certificação de origem e qualidade dos produtos da AUP (Câmara dos Deputados – Brasil, 2018).

A PL supracitada tramita na casa desde 2015 e na data de publicação deste trabalho havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, sendo necessária a análise nas Comissões de Desenvolvimento Urbano; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição e Justiça e de Cidadania (Câmara dos Deputados – Brasil, 2018).

Embora não exista nenhuma lei ou marco legal para a instituição de políticas públicas para agricultura urbana, há iniciativas pontuais e embrionárias a nível federal de apoio a prática, com destaque para ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com base em relatório FAO/MDS (2011) foram elencadas as seguintes ações do MDS de apoio à prática da AUP no período de 2007 a 2011:

- a) Instituição no ano de 2007 de convênios com prefeituras, estados e fundações com o objetivo de apoio a hortas comunitárias urbanas;
- b) Financiamento, em 2008, da criação de 14 Centros de Apoio à Agricultura Urbana – CAAUPs em regiões metropolitanas do Brasil;
- c) Apoio à criação de feiras livres e mercados locais (2008);
- d) Expansão, em 2009, da política de criação de CAAUPs para outros municípios e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para atender também aos agricultores urbanos;
- e) Projetos de apoio aos CAAUPs já existentes, a fim de ampliação dos mesmos (2010);
- f) Edital para apoio de 8 iniciativas de AUP em convênio com estados e municípios

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

(2011).

No ano de 2012 o MDS voltou a investir em projetos de apoio à AUP e criação de CA-AUPs, no entanto esta política findou-se neste ano. A presente pesquisa não encontrou justificativas para este término na bibliografia, nem tampouco nos comunicados oficiais do MDS e do governo federal, contudo é notório que as crises política e econômica vivenciadas pelo Brasil na década atual ocasionaram um declínio geral das políticas públicas, principalmente daquelas com um viés social e ambiental. Desta maneira a extinção ou suspensão desta pode estar relacionada a este fato.

Ainda no âmbito federal vale citar também a inclusão de apoio à iniciativas de AUP no plano safra 2017/2020, que destinará mais de 30 bilhões de reais por ano para a agricultura familiar, parte destes recursos serão então investidos na AUP.

A nível estadual, especificamente em Minas Gerais, está em vigor uma lei que pode ser compreendida como um marco legal que institui políticas para a AUP para o estado. A lei 15.973 2006 de 12/01/2006, que dispõe sobre a política estadual de apoio à agricultura urbana, aponta importantes políticas públicas, que tal como no caso acima citado, podem impulsionar a prática da AUP no estado. A lei estadual caminha no sentido da PL N.º 906-A, de 2015, quando traz em seu sexto artigo os instrumentos da política estadual da AUP, sendo estes: ‘i) o crédito e o seguro agrícola; ii) a educação e a capacitação; iii) a pesquisa e a assistência técnica; iv) a certificação de origem e a qualidade de produtos (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2006).

De acordo com FAO/MDS (2011) a lei mineira supracitada enfrentou diversos desafios na sua implementação, que podem estar relacionados com a grande abrangência de suas diretrizes, o que impossibilita a ação isolada do governo do estado, estando este sujeito a parcerias com a União e com municípios. Este fato reafirma a necessidade da instituição de um marco legal nacional que disponha sobre o apoio à AUP.

A nível municipal existem também marcos legais que institucionalizam o apoio à prática da AUP. No estado de Minas Gerais o destaque é da cidade de Belo Horizonte. O município possui uma legislação específica de regulamentação dos Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs). Os centros geridos em parceria entre a prefeitura e organizações da sociedade civil têm como objetivo a promoção da prática da agricultura urbana, de maneira coletiva. Outros municípios possuem marcos legais de apoio à AUP, sendo eles: Governador Valadares - MG; São Paulo - SP; Maracanaú - CE; Ribeirão Branco - SP; Apiacás - MS; Contagem - MG; Curitiba - PR (FAO/MDS, 2011).

Nota-se uma preferência dos entes públicos de promoção da AUP em grandes cidades ou no entorno delas, este fato pode estar relacionado às diretrizes da política do MDS e também à maior facilidade de captação de recurso por grandes cidades, em detrimento de cidades de pequeno e médio porte. Este fato ratifica a necessidade de um marco nacional, com o adendo de que leve em conta a necessidade de abrangência dos municípios de médio e pequeno porte.

#### PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para atingir aos objetivos propostos foi realizada um estudo de casos múltiplos por meio

de uma pesquisa descritiva correlacional de abordagem qualitativa.

Segundo Triviños (1987) a pesquisa descritiva pretende descrever com precisão fatos e fenômenos de determinada realidade, quando assume um caráter correlacional ela pressupõe também a comparação de relações entre múltiplas variáveis. Dentro da pesquisa descritiva os estudos de caso fornecem um estudo aprofundado sobre determinada realidade, assim os resultados obtidos podem auxiliar na formulação de hipóteses para outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo Yin (2001) os estudos de casos múltiplos podem ser utilizados para identificar se os casos possuem uma correlação e conseqüentemente resultados semelhantes ou se produzem resultados contrastantes, mas com razões previsíveis. Assumindo quaisquer destas diretrizes os estudos de casos múltiplos fornecem uma base de dados convincente para as hipóteses do trabalho, tornando assim o estudo global, na concepção do autor, mais robusto e confiável.

Tendo em vista o exposto a fase de coleta de dados contou com duas fases: i) a localização dos agricultores e seleção dos casos a serem estudados e ii) pesquisa de campo em propriedades de agricultores urbanos localizados na primeira fase.

A primeira fase da pesquisa teve como propósito a localização dos agricultores urbanos da cidade de Montes Claros, para tanto foram consultadas duas fontes principais: i) as secretarias municipais de Meio Ambiente e de Agricultura; ii) associações e lideranças de bairros de Montes Claros. Ao fim da primeira fase foram escolhidos quatro agricultores urbanos, tendo como principal critério localização geográfica da propriedade (obedecendo a regra de pelo menos uma propriedade por bairro onde foi encontrada agricultura urbana).

A pesquisa de campo, por sua vez, foi realizada usando duas ferramentas metodológicas, sendo elas a realização de entrevistas semiestruturadas, complementada pela observação direta do pesquisador. Ambas as ferramentas foram utilizadas nas propriedades dos agricultores urbanos.

A entrevista semiestruturada é uma das principais ferramentas metodológica para coleta de dados em estudos de caso, principalmente por oferecer a oportunidade captar novas interrogativas que podem surgir ao longo do processo de entrevista, mesmo englobando certos questionamentos básicos iniciais que interessam à pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987). A observação direta, por sua vez, é uma importante fonte de evidência em estudos de casos. Ela pode gerar uma oportunidade ímpar de observação e reflexão sobre condições ambientais, comportamentos e outras informações úteis sobre o objeto de estudo (YIN, 2001).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Resultados e Discussão foram divididos em duas seções. A primeira, intitulada de Diagnóstico da Agricultura Urbana, traz as características dos agricultores urbanos e suas respectivas propriedades, bem como as dificuldades e potencialidades de cada agricultor entrevistado e do conjunto dos agricultores. A segunda parte, intitulada Possibilidades de políticas públicas e projetos de pesquisa e extensão, apresenta uma reflexão mais propositiva, tentando elencar políticas públicas e iniciativas de pesquisa e extensão que podem incidir sobre a realidade da AUP de Montes Claros a fim de, ao mesmo tempo, contribuir na solução dos problemas

e promover as potencialidades da mesma.

#### Diagnóstico da Agricultura Urbana em Montes Claros

A pesquisa apontou algumas informações importantes sobre a prática da AUP na cidade de Montes Claros. A primeira é a abrangência da prática quanto a idade dos agricultores, foram encontrados agricultores que possuem desde 19 anos até 71 anos de idade, comprovando que como poucas atividades do mercado a AUP impacta diversas faixas etárias, embora que com motivações similares.

No ponto da motivação para a prática comprovou-se o que Machado e Machado (2002) chamam de “multifuncionalidade da agricultura urbana”. Ao mesmo tempo que os agricultores são motivados por questões financeiras como o incremento ou obtenção de renda, eles também são motivados por contribuições mais subjetivas da AUP, como a promoção do bem-estar e qualidade de vida de suas famílias. Este parâmetro foi comprovado também no estudo de Boukharaeva *et al* (2005), no qual os autores concluem que a agricultura urbana além de outros benefícios funciona para os praticantes como “um fator de bem-estar, de terapia e de equilíbrio”.

Em relação à área das propriedades observou-se a característica predominante de áreas pequenas (não ultrapassando 1,5 hectares), parâmetro apontado por Goewie et al. (2002) em seu trabalho como um dos diferenciais entre a agricultura rural e a AUP. Outro dado importante é o fato de que apenas um agricultor ser proprietário da área onde produz, sendo os demais locatários ou arrendatários de suas respectivas áreas.

A pesquisa também constatou a relevância da AUP para a biodiversidade da cidade de Montes Claros, juntos os agricultores urbanos produzem 28 diferentes espécies de gêneros alimentícios, sendo 20 cultivos hortícolas e 8 frutíferas. Essa constatação é bastante contrastante com a realidade agrícola brasileira, onde milhares de hectares de terra são destinados a grandes monoculturas. A diversidade dos cultivos também pode ser considerada uma grande potencialidade econômica para os agricultores urbanos, pois ao mesmo tempo que garante uma produção ao longo de todo o ano (devido à sazonalidade de algumas culturas) também garante uma maior resistência a quedas de preço de mercados, o que seria mais prejudicial caso produzissem uma ou poucas culturas.

Quanto às técnicas de cultivo, observou-se que os agricultores produzem sobre uma matriz agroecológica de produção, utilizando técnicas como consórcio de cultivos, compostagem, cobertura morta, minhocário e defensivos naturais. Isso desmente a máxima de que pequenos agricultores são alheios ou fechados para novas tecnologias, bastando assim as tecnologias serem contextualizadas à realidade e condições financeiras dos mesmos.

A pesquisa captou, com base nos relatos dos próprios agricultores e nos resultados gerais do diagnóstico, os seguintes gargalos que comprometem o efetivo desenvolvimento da agricultura urbana em Montes Claros:

- a) Dificuldade de acesso à água em locais urbanos (preço e qualidade);
- b) Controle de pragas e doenças (conhecimento de métodos);
- c) Marginalidade e falta de reconhecimento da prática da AU;
- d) Falta de recursos para acesso à terra;

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

- e) Carência de máquinas e equipamentos;
- f) Imprecisão na programação da produção;
- g) Comercialização (venda da produção para intermediários e incremento no valor da produção);
- h) Inexistência de associativismo e cooperativismo entre os agricultores.

Todos os problemas acima enumerados se repetem em mais de uma propriedade, no entanto houve um claro destaque para as dificuldades citadas nos itens ‘a’ e ‘d’, ou seja, os agricultores têm dificuldade de acesso à base de sustentação de qualquer sistema produtivo agrícola: água e terra.

A questão da escassez de água nas cidades muitas vezes não se trata apenas de quantidade, mas também, e principalmente, do acesso e qualidade desta água. O acesso é dificultado pelos altos preços praticados pelas companhias de saneamento, tentando fugir deste gargalo e optando por águas de fontes naturais os agricultores esbarram na questão da qualidade, uma vez que as águas urbanas são muitas vezes poluídas por resíduos industriais ou domésticos.

Em relação ao acesso à terra a principal barreira são os altos preços do metro quadrado em locais urbanos devido à especulação e bolha imobiliárias. Como visto anteriormente, os agricultores produzem em áreas relativamente pequenas e em sua maioria alugadas ou arrendadas, assim não surpreende que o acesso à terra seja apontado por eles como um dos principais limitantes para o desenvolvimento da prática da AUP. Esta dificuldade também implica no gargalo citado no item ‘c’. Nele, um agricultor relata que a prática da agricultura urbana é muitas vezes marginalizada, principalmente geograficamente, se estabelecendo nas periferias da cidade, onde o aluguel e arrendo de terras é mais acessível financeiramente.

A pesquisa também captou diversas potencialidades e perspectivas para o desenvolvimento e incentivo da prática a agricultura urbana em Montes Claros. Estão elencadas abaixo as de maior relevância:

- a) Produção de produtos orgânicos e agroecológicos;
- b) Facilidade no escoamento da produção;
- c) Facilidade de obtenção de insumos orgânicos;
- d) Tendência do mercado por consumo de produtos locais;
- e) Relação direta com o consumidor final dos produtos
- f) Uso de tecnologias sociais para incremento da produção;
- g) Biodiversidade das propriedades;
- h) Diversificação na produção.

#### Possibilidades de políticas públicas e projetos de pesquisa e extensão

O Quadro 1 apresenta os desafios enfrentados pelos agricultores urbanos da cidade de Montes Claros, trazendo para cada um, estratégias do poder público e/ou da universidade que poderiam incidir sobre os mesmos como parte da solução. As propostas foram elaboradas com base na pesquisa documental e bibliográfica, bem como em experiências existentes em outras cidades. Para essa seção foi considerada a noção de poder público como todo, não diferenciando as esferas administrativas (municipal, estadual e federal), nem tampouco as competências do poder legislativo e/ou executivo, para essa análise será necessário um estudo mais

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

detalhado de caso a caso.

Quadro 1 – Desafios enfrentados pelos agricultores urbanos e possíveis estratégias de intervenção da universidade e do poder público

<b>Desafio</b>	<b>Políticas Públicas</b>	<b>Pesquisa/extensão</b>
<b>Acesso e qualidade da água</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da tarifa de água para agricultores urbanos;</li> <li>- Financiamento de sistema de captação de água da chuva em telhados;</li> <li>- Financiamento subsidiado de poços artesanais;</li> <li>- Tratamento de águas residuais (doméstico e industrial para a agricultura urbana).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas sobre uso eficiente de água em sistemas produtivos;</li> <li>- Estudo sobre variedades menos exigentes no uso de água.</li> </ul>
<b>Controle de pragas e doenças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da Assistência técnica da EMATER aos agricultores urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de capacitação para agricultores urbanos sobre manejo integrado de pragas e doenças;</li> <li>- Atividades como “dias de campo” ou “encontro de agricultores” para intercâmbio de experiências e tecnologias entre os agricultores e a universidade.</li> </ul>
<b>Acesso à Terra para produção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão de espaços para produção agroalimentar comunitárias nos planos diretores da cidade, em cada espaço onde haja os chamados “vazios urbanos”;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A universidade pode contribuir com capacitação sobre técnicas de incremento da produtividade, promovendo uma melhor utilização do espaço.</li> </ul>
<b>Carência de máquinas e equipamentos;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crédito subsidiado para agricultores urbanos (individual ou coletivo) para compra de maquinários e equipamentos, nos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de tecnologias alternativas para tratos culturais;</li> </ul>

### Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

<b>Imprecisão na programação da produção</b>	- Não se aplica.	- Curso de capacitação e troca de experiências na temática da gestão de propriedades agrícolas. - Curso de capacitação de Planejamento e Controle de Produção Agrícola.
<b>Problemas relacionados à Comercialização</b>	- Programa de compra direta nos moldes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal; - Construção de espaços públicos para feiras da agricultura urbana;	- Promoção de feiras da agricultura urbana e feiras agroecológicas na universidade; - Elaboração de um aplicativo de celular para comercialização de produtos da agricultura urbana;
<b>Inexistência de associativismo e cooperativismo entre os agricultores</b>	- Não se aplica.	- Realização de encontros de agricultores urbanos para troca de experiência e promoção da relação entre os agricultores, intermediando a possível fundação de uma associação ou cooperativa de agricultores urbanos.

Fonte: Dos autores, 2018.

Acerca da dificuldade “marginalidade e falta de reconhecimento da prática da AUP” (não mencionada no Quadro 1) existem estratégias tanto do poder público como da Universidade que poderiam contribuir na solução da mesma. O poder público municipal poderia, por exemplo, instituir um marco legal (conforme visto no referencial teórico deste trabalho) em apoio à prática da AUP, assim os agricultores amparados por lei teriam menos problemas quanto a marginalização. A universidade pública pode, por sua vez, promover atividades de extensão que coloquem os agricultores urbanos em contato com os cidadãos montesclarenses, alavancando assim um maior reconhecimento da prática.

Uma proposta que possui um potencial de contribuição para solução de praticamente todos os problemas citados no Quadro 1 é a criação de um centro de agricultura urbana na cidade de Montes Claros, tal como as experiências encontradas em Belo Horizonte, Sete Lagoas, Brasília e outros municípios do Brasil. Baseando-se nestas experiências o centro pode ter as seguintes contribuições:

- Reunir estratégias como “bancos de sementes” e compra coletiva de outros insumos para a produção (diminuindo assim os custos de produção), além de compra de máquinas e equipamentos para uso dos agricultores urbanos;
- Viabilizar a certificação por origem e qualidade da produção da AUP.

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

- Possuir gestão compartilhada entre poder público, universidade e organizações de agricultores urbanos, promovendo a união destes setores em prol da AUP;
- Reunir recursos humanos (técnicos) fornecidos pelo poder público (órgãos como a EMATER e contratação via editais municipais, estaduais e federais) e universidade (bolsistas de iniciação científica e extensão, professores e técnicos);
- Viabilizar a ocupação dos vazios urbanos com práticas de AUP;
- Funcionar como ferramenta para captação de recursos públicos (editais de órgãos de fomento e governos) para a promoção da AUP na cidade;
- Funcionar como um centro de capacitação para os agricultores urbanos e, para além disso, como um centro de criação de divulgação de tecnologias sociais adaptadas a realidade dos agricultores urbanos de Montes Claros.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AUP de Montes Claros apresenta-se como uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento local, contribuindo de forma significativa para a biodiversidade da cidade e para a saúde e bem-estar dos cidadãos. No entanto, a prática enfrenta desafios que dificultam o alcance potencial da mesma. Diante disso, cabe então ao poder público, em parceria com os centros de investigação, verter-se sobre essa temática a fim de contribuir na busca de saídas para esses desafios e na promoção dos potenciais da prática, trazendo assim novos ganhos para os agricultores e conseqüentemente para os moradores da cidade de Montes Claros.

Este trabalho apresentou um considerável volume de alternativas que caminham neste sentido, juntas elas podem significar um alavanque substancial na promoção da prática da AUP e conseqüentemente em um vasto incremento no desenvolvimento local e na qualidade de vida em Montes Claros. Não obstante, cabe ressaltar que o processo desta pesquisa não finda aqui, pois as propostas elencadas no âmbito da universidade estão compondo um projeto de extensão, com o propósito de dar sentido real aos resultados por meio de um modelo de pesquisa-ação.

### REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Assembleia legislativa do estado de Minas Gerais. **Lei 15.973 2006 de 12/01/2006**. dispõe sobre a política estadual de apoio à agricultura urbana e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=15973&comp=&ano=2006> Acesso em: 27 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seleção pública de projetos de agricultura urbana e periurbana. Brasília. EDITAL MDS/SESAN 04/2011.

BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; de TOLEDO MACHADO, C. T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 413-425, Brasília, 2005.

## Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns

BRITO, G. S. **Migrações Rural/Urbano e Fluxos de Conhecimento Agroecológico**: O Caso De Montes Claros, Minas Gerais, 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, BRASIL. **Projeto de Lei 906/2015**. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências.. v. 1. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1150824>, acesso em 27 de junho de 2018.

FAO/MDS. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. **Produto 04 consolidado. Consultoria FAO/MDS, 2011.**

GOEWIE, E.; HIRTUM, M.; VEENHUIZEN, R.; GETACHEW, Y. “A transição para uma Agricultura Urbana Ecológica: um desafio” [Editorial]. **Revista Agricultura Urbana**, n.6. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE 2010. Cidades, Montes Claros – MG. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330> Acesso em: 09 de junho de 2018.

MACHADO, A. T.; MACHADO, CT de T. **Agricultura urbana**. Embrapa Cerrados, 2002.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Plano Safra apoia agricultura urbana e periurbana. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/plano-safra-apoia-agricultura-urbana-e-periurbana>, acesso em junho de 2018.

MOUGEOT, L. J. Agricultura Urbana-conceito e definição. **Revista de Agricultura urbana**, n.1.2000.

MOUSTIER P. Assessing the Socio-Economic Impact! **UA-Magazine**. Vol. 5. 2001

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEEUW, H. D., GÜNDEL, S., WAIBEL, H. (2000). A integração da Agricultura nas Políticas Urbanas. **Revista de Agricultura urbana**, n.1. 2000.



REALIZAÇÃO:



APOIO:



SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E ENSINO SUPERIOR